

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES) DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO (DEGEP)

DIVISÃO DE APOIO E ASSESSORAMENTO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – COEM (Pandemia - Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher)

ATA DE REUNIÃO Nº 15/2020

Data: 20.05.2020 Horário: 16h30min. Local: Virtual (Aplicativo Microsoft TEAMS)

Estiveram presentes na reunião, realizada por meio virtual (Aplicativo Microsoft Teams):

- 1. Juíza Katerine Jatahy (Membro da COEM);
- 2. Juíza Luciana Fiala de Siqueira Carvalho (Membro da COEM);
- 3. Dra. Lúcia Iloizio Barros Bastos (MPRJ);
- 4. Dra. Carla Araújo (MPRJ);
- 5. Dra. Flávia Nascimento (DPRJ);
- 6. Dra. Matilde Alonso (DPRJ);
- 7. Sra. Maria Eugênia de Castro (DGTEC);
- 8. Ten. Cel. Claudia Moraes (PMRJ);
- 9. Delegada Ana Lúcia Barros (PCERJ DEAM Centro);
- 10. Delegada Juliana Amorim (PCERJ DGDEAM);
- 11. Sra. Maria José de Melo (CEJUVIDA);
- 12. Sra. Leontina Célia Soares (CEJUVIDA);
- 13. Sra. Cristina Fernandes (CIAM Márcia Lyra);
- 14. Sra. Rosangela Pereira (CEAM Chiquinha Gonzaga).

A Exma. Juíza Katerine Jatahy, membros da COEM, abre os trabalhos às 16h46min, dispensando a lista de presença, por tratar-se de reunião virtual através do aplicativo Microsoft *Teams*, e agradecendo a participação de todas em mais uma reunião da Rede, durante o período da pandemia do COVID-19.

Informa que o objetivo é verificar como estão os atendimentos/acolhimentos das mulheres vítimas de violência doméstica e continuar atuando em busca de soluções, de forma articulada, nas dificuldades ainda enfrentadas pelas instituições, dificultando o acesso dessas mulheres ao sistema de justiça e proteção, nesse período.

Dra. Lúcia Iloizio (MPRJ) inicia as abordagens informando que tem acompanhando os desdobramentos das ações impulsionadas pela Rede, principalmente aquelas que dependem 15 – COEM 20.05.2020 – IC

da atuação urgente das Secretarias e Subsecretarias Estadual e Municipal de Políticas para Mulheres, uma vez que há, ainda, grande preocupação com a limitação de canais alternativos para atendimento às mulheres vítimas nos centros de referência, bem como a necessidade de regularização do aluguel social.

Dra. Carla Araújo (MPRJ) complementa e expõe sua preocupação em relação ao procedimento para as mulheres realizarem os registros de ocorrência. Discorre que tem recebido relatos de vítimas sinalizando dificuldades no preenchimento do RO *on-line* e consequentes cancelamentos dos mesmos. Além disso, tomou conhecimento de algumas mulheres que compareceram presencialmente em algumas DEAMs e também enfrentaram dificuldades para entrar nas Delegacias.

Dito isso, indaga à PCERJ como está a questão da disponibilização do(s) número(s) específico(s) para realização dos registros de ocorrência por telefone, se há alguma mobilização para evitar os cancelamentos constantes dos ROs e como estão ocorrendo os atendimentos presenciais nas DEAMs.

Quanto aos cancelamentos, **Dra. Ana Lúcia** (DEAM Centro) informa que já houve recomendação interna para as DEAMs não cancelarem os ROs e que o Dr. Barucke deverá reforçar com as Distritais. Em relação aos atendimentos presenciais, relata que a SEPOL determinou um controle de acesso nas Delegacias para preservar a saúde das pessoas que comparecem e, também, dos próprios Agentes. A DEAM Centro, por exemplo, está com dois Agentes prestando o atendimento, dessa forma, entra apenas duas mulheres ao mesmo tempo, com respectivos advogados, se houver. Os demais aguardam do lado de fora.

Em relação aos números de telefone, **Dra. Keterine Jatahy** compartilha que o Dr. Barucke se comprometeu a apresentar uma resposta ainda essa semana, pois falará pessoalmente com o Secretário de Polícia. Contudo, antecipou que há carência de recursos humanos para estruturar o atendimento por telefone e sobre a nova proposta do número 197 (conforme discutido na reunião dessa semana entre a COEM e as TIs do TJRJ e da PCERJ), como alternativa em virtude dos problemas enfrentados com os ROs *on-line*.

A **Delegada Juliana Amorim** (DGDEAM) compartilha que, nos últimos dias, os números da DGDEAM receberam em torno de 25 ligações, todas de reclamações sobre cancelamentos de ROs, a maioria nas Delegacias Distritais. Relata que há grande preocupação do Depto. no escalonamento das tratativas e na mobilização interna para que as ações de melhorias sejam priorizadas, mesmo com as dificuldades de recursos financeiros e humanos. Ao ensejo, solicita para ser inserida, nas próximas reuniões específicas entre a COEM a PCERJ, mesmo sendo de

cunho técnico, para que ela possa contribuir nos pleitos e unir forças na conscientização quanto a importância da temática.

Com a palavra, **Dra. Flávia Nascimento** (DPRJ) aproveita o ensejo para agradecer a atuação da COEM nas recomendações endereçadas aos Magistrados/as que atuam na competência da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Júri. Enfatiza que as recomendações ajudarão a reforçar, também, a atuação da própria Defensoria Pública, especialmente no interior (nas Varas Criminais e Juizados Adjuntos). Considera um avanço importante na mudança de cultura, tanto na esfera Judiciária, como na Promotoria e Defensoria Pública do Estado.

Dra. Katerine Jatahy enfatiza que as recomendações contemplaram também incentivo à utilização do programa da Patrulha Maria da Penha, que tem apresentado bons resultados no acompanhamento das mulheres vítimas e na fiscalização do cumprimento das medidas protetivas por parte do autor do fato.

A DICOL/COEM encaminhará, para ciência da Rede (participantes dessa reunião), os correios eletrônicos com as recomendações feitas aos Magistrados/as que atuam na competência da violência doméstica e familiar contra a mulher e Júri. Na oportunidade, **Dra.** Lúcia Iloizio (MPRJ) solicita para que seja endereçado, também, ao cao.criminal@mprj.mp.br. (DELIBERAÇÃO 01)

Com a palavra, **Dra. Matilde Alonso** (DPRJ) relata que tem percebido um crescimento das demandas, provavelmente em virtude das campanhas de divulgação, e apresenta informações acerca dos atendimentos no NUDEM Capital: na última segunda-feira, dia 18 de maio, foram 30 mulheres atendidas por telefone e 10 através do correio eletrônico, totalizando 40 atendimentos em um único dia. Acredita ter sido o dia com maior volume de atendimentos, desde o início da pandemia.

Discorre que a maioria dos atendimentos se refere a pedidos de orientação, andamento das solicitações de medidas protetivas, se o autor do fato foi intimado ou não etc. Informa, ainda, que o NUDEM passou a prestar outras assistências/distribuições: alimentos, guarda, divórcio etc.

Dra. Katerine Jatahy enfatiza o quão é importante dar continuidade aos atendimentos, mesmo que remotamente; e sempre buscar soluções a fim de garantir a prestação jurisdicional e efetiva articulação da Rede no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Dito isso, a Magistrada discorre sobre o grande desafio das Instituições em dar continuidade nas audiências de instrução e julgamentos em época de pandemia, em razão das prescrições, sem que haja risco à saúde dos envolvidos, considerando a possibilidade dos trabalhos remotos se estenderem por mais alguns meses.

Dessa forma, convoca as representantes da DPRJ e do MPRJ para, juntamente com a COEM, pensarem em possibilidades, considerando que muitas mulheres vítimas ainda convivem no mesmo ambiente que o agressor, ou não possuem condições de acesso tecnológico, ficando assim impossibilitadas de participarem de possíveis audiências virtuais, seja via aplicativo TEAMS da Microsoft ou via WEBEX, por exemplo.

Dra. Luciana Fiala complementa que sua maior preocupação é com audiências de processos físicos. Ou seja, como se dará a atuação das instituições envolvidas sem que tenham acesso aos autos físicos. Uma vez que há grande dificuldade, atualmente, na tramitação e digitalização desses processos, sendo necessário traçar estratégias nesse sentido. Enquanto isso, a Magistrada enfatiza que tem recorrido a soluções pontuais e contingenciais, para os casos urgentes de réu preso.

Além disso, pondera sobre as propostas que possam ser apresentadas para as audiências, no sentido de avaliar até que ponto comprometerá a questão do distanciamento social, expondo a vítima no comparecimento presencial, seja onde for.

Dando continuidade, **Dra. Katerine Jatahy** passa a palavra para que as Coordenadoras do CEAM Chiquinha Gonzaga e CIAM Márcia Lyra informem se houve alguma alteração nos atendimentos em seus respectivos centros de acolhimento, conforme já relatado em reuniões anteriores.

Sra. Rosângela Pereira (CEAM Chiquinha Gonzaga) informa que permanecem atendendo, em sua maioria, as mulheres vítimas já assistidas e que, ao longo do mês de maio foram apenas 5 atendimentos de primeira vez. Relata que continuam com entregas de cestas básicas para aquelas mais necessitadas acompanhadas pelo CEAM e está realizando o levantamento solicitado pela Dra. Adriana sobre a quantidade de mulheres assistidas necessitadas e quais os itens mais urgentes para tentar viabilizar campanha de doação entre a Rede.

Sra. Cristina Fernandes (CIAM Márcia Lyra), resumidamente, relata que continuam com as mesmas dificuldades já relatadas em reuniões anteriores e sem muito apoio por parte da Gestão. Informa que o *siga-me* apresentou problemas técnicos durante a semana, mas ela mesma acionou a operadora para reclamar.

Com a palavra, a **Ten. Cel. Cláudia Moraes** (PMRJ) discorre sobre a constante atuação da Patrulha Maria da Penha no acompanhamento das mulheres já assistidas e das novas vítimas recebidas, mas percebe poucas MPs chegando e muitas reclamações das mulheres sobre os indeferimentos e a demora nas renovações das medidas, exigindo apresentação de fatos novos. A percepção, segundo a Ten. Cel., é de que muitos Magistrados não entendem a situação do confinamento, com o suposto agressor, como um risco à integridade da vítima.

Reforça que os casos de mulheres que aceitaram utilizar a tornozeleira eletrônica também precisam ser enviados para acompanhamento da Patrulha. Atualmente, possuem apenas uma assistida nessa condição, mas mediante pedido voluntário da própria vítima. Oficialmente, a Patrulha não tem recebido casos nesse contexto.

Dra. Katerine Jatahy esclarece que, dentre as recomendações feitas pela COEM aos Magistrados foi contemplada a questão da observar, no exame criterioso dos requerimentos de medidas protetivas de urgência, o atual contexto de isolamento social e possível dificuldade futura de locomoção das vítimas para solicitarem a prorrogação da medida, em caso de necessidade, estipulando um prazo mais alargado ou, alternativamente, concedendo a MPU sem prazo prefixado. No entanto, por tratar-se de matéria de cunho jurisdicional, ficará a critério de cada Magistrado.

Dra. Matilde Alonso (DPRJ) enaltece o excelente trabalho da Patrulha e que a linha de comunicação entre os Patrulheiros e a DPRJ tem sido constante, na tentativa de todos se ajudarem. Reforça, ainda, que as recomendações da COEM têm sido utilizadas para mobilização dos Defensores da matéria, através do Boletim Interno da DPRJ.

Em cumprimento ao deliberado em reunião anterior da Rede, dia 13 de maio, **Sra. Jacqueline Vianna** (DICOL) informa acerca da rotina de encaminhamentos dos casos relacionados ao PROJETO VIOLETA e PROTOCOLO VIOLETA-LARANJA, durante o Plantão Judiciário. A DGTEC informou, durante a reunião entre as TIs TJRJ e PCERJ, dia 15 de maio, que as alterações/atualizações da integração entre os sistemas, referentes aos plantões noturnos, finais de semana e feriados, estão sendo finalizadas e em breve entrarão em produção. Neste ínterim, o fluxo de encaminhamento dos ROs, durante os plantões, permanece válido através do correio eletrônico **projetovioleta@tjrj.jus.br** e seguindo as diretrizes dos Provimentos CGJ nº 64 e 65 de 2018.

Ao ensejo, solicita para que a Sra. Maria Eugênia (DGTEC), presente nesta reunião, informe sobre o andamento das atualizações sistêmicas.

Sra. Maria Eugênia (DGTEC) informa que o sistema do TJRJ está apto e que não foi identificado problemas na integração, contudo a PCERJ ficou de avaliar, internamente, se há ainda entraves no sistema SCO ou se depende apenas de orientações/treinamento para correta utilização da funcionalidade. Ao que consta, inicialmente, o problema estava na indisponibilidade do campo para marcação da "urgência" para os casos do Violeta.

Sra. Leontina Célia (CEJUVIDA) compartilha que identificou dois casos do Projeto Violeta, endereçados pela 7ª. e 21ª. Delegacias, durante o plantão noturno e eletronicamente, mas foram encaminhados diretamente para o Juizado natural. Ou seja, o plantão não conseguiu atuar.

A **Delegada Ana Lúcia** (DEAM Centro) informa que é preciso verificar, internamente, esses casos e confirmar se o problema foi sistêmico ou por equívoco dos Agentes. Dito isso, indaga se é possível repassar para ela os números dos ROs a fim de facilitar a averiguação.

Além disso, sobre o problema inicial do campo indisponível para marcação de "urgência", no sistema SCO da PCERJ, informa que recebeu feedback das DEAMs de São João do Meriti e Volta Redonda sobre a normalização do referido campo.

<u>Dra. Keterine Jatahy</u> solicita para que a CEJUVIDA compartilhe os números dos ROs, assim que puder, para o e-mail da COEM ou, diretamente para ela, a fim de sinalizá-los à PCERJ. (**DELIBERAÇÃO 02**)

Além disso, sinaliza que é importante a CEJUVIDA sempre compartilhar com a COEM, através do correio eletrônico, outros casos que possam surgir nesse contexto para que sejam avaliados e confirmar, de fato, se os sistemas estão funcionando para que o fluxo, via e-mail, seja revogado.

Por fim, **Dra. Katerine Jatahy e Dra. Luciana Fiala** informam que precisam de ajuda do MPRJ sobre como proceder diante de alguns casos urgentes onde os Promotores recusam-se a receber as peças dos processos físicos em formato de fotos, através de e-mails etc., exigindo que sejam digitalizados, conforme exemplos apresentados pelas Magistradas.

Dra. Lúcia Iloizio (MPRJ) solicita para que os exemplos sejam direcionados ao cao.criminal@mprj.mp.br e aventa a possibilidade desses direcionamentos ocorrerem da caixa de e-mail da COEM, para que sejam verificados internamente.

Nada mais a tratar, a **Exma. Juíza Katerine Jatahy** encerra a reunião às 18h25 e designa:

- Reunião entre a COEM, DPRJ, MPRJ e PMRJ para o dia 25 de maio, às 15h, com pauta específica para audiências de instrução e julgamentos. (DELIBERAÇÃO 03)
- A próxima reunião da Rede de Enfrentamento para o dia 27 de maio, às 16h.
 (DELIBERAÇÃO 04)

Dra. KATERINE JATAHY KITSOS NYGAARD Membro da COEM

	Deliberações	Responsável	Prazo
01	Encaminhar para ciência da Rede (participantes dessa reunião) as recomendações feitas pela COEM para os Magistradas/os que atuam na competência da violência doméstica e familiar contra a mulher e Júri. Na oportunidade, Dra. Lúcia Iloizio (MPRJ) solicita para que seja endereçado, também, ao cao.criminal@mprj.mp.br.	DICOL/COEM	Até 5 Dias
02	Enviar para a COEM ou para a Dra. Katerine Jatahy os números dos ROs dos casos do Violeta que deveriam ter caído no plantão noturno (endereçados pela 7ª. e 21ª. Delegacias), mas foram direcionados para o Juizado natural.	Sra. Leontina Célia (CEJUVIDA)	Até 5 Dias
03	Enviar o convite da reunião entre a COEM, DPRJ, MPRJ e PMRJ, designada para o dia 25 de maio de 2020, às 15h, para pauta específica das audiências de instrução e julgamentos.	DICOL/COEM	Imediato
04	Enviar o convite da próxima reunião da Rede, designada para o dia 27 de maio de 2020, às 16h.	DICOL/COEM	Imediato

	Deliberações Encerradas	Responsável	Razão
Ata nº	Verificar se houve alterações na rotina do plantão	DICOL/COEM	Concluída
12/2020	noturno para os casos do projeto Violeta e informar		
(Deliberação	aos integrantes da Rede, participantes dessa reunião,		
02)	e reforçar com todos o procedimento vigente.		

CERTIDÃO

Certifico que a presente Ata foi assinada em __/__/2020.